

NOTA INFORMATIVA

PSD/Açores assume “atitude exigente” perante a República na defesa da Região

A deputada do PSD/Açores Salomé Matos afirmou hoje que o partido terá uma “atitude exigente” perante a República na defesa dos interesses da Região, alegando que os social-democratas açorianos “não mudam” de posição conforme a cor política do Governo central.

“Da parte do PSD, os açorianos podem contar sempre com uma atitude exigente perante a República. Da parte do PSD, os açorianos têm uma garantia: nunca teremos a postura subserviente do PS/Açores quando em Lisboa havia um Governo da República socialista”, disse.

A parlamentar social-democrata falava pela apresentação da declaração política na Assembleia Legislativa dos Açores, no plenário de abril, a decorrer na Horta até sexta-feira.

“Não é por haver um Governo da República da mesma cor política que mudamos a nossa forma de defender os Açores. Ao contrário de outros, não somos exigentes de ocasião. Somos exigentes por convicção. Fomos, somos e seremos sempre exigentes na defesa dos Açores”, assegurou.

Segundo a deputada, o PSD/Açores vai prosseguir com a “defesa intransigente da Região perante o Governo da República” em todas as matérias em que ao arquipélago digam respeito.

“Na sequência da mudança política ocorrida nas eleições nacionais de 10 de março, Portugal tem um novo Governo. Aqui chegados, a exigência do que é justo para os Açores não pode abrandar”, salientou.

Salomé Matos recordou que, “nos últimos oito anos, ficou adiada a resolução da maioria das grandes questões da competência da República em relação aos Açores”, resumindo esse período num “superavit de propaganda de Lisboa e um défice de resultados para os Açores”.

No entender da social-democrata, entre 2016 e 2024, a Região atravessou várias fases sob a governação socialista na República, desde “a política do fingimento à política de represália”, em que “os açorianos foram tratados como portugueses de segunda”.

Salomé Matos enumerou assim os vários exemplos de que os Açores saíram prejudicados face ao centralismo do Governo da República socialista, nos diversos setores das atividades económica e social.

A começar pela “exclusão dos agricultores açorianos dos apoios de âmbito nacional para compensar a subida de preço dos fatores de produção”, passando pela “discriminação das empresas açorianas ao não estender o apoio excecional ao aumento do salário mínimo às regiões autónomas”.

Contudo, a postura do anterior Governo da República não se ficou por aqui, agravando-se ao longo dos anos, pela acumulação de matérias de grande importância para os Açores, “e falha de promessas da sua parte”, venceu.

“O Governo da República do PS não pagou mais de meia centena de milhões de euros relativos a investimentos efetuados pela Região na recuperação dos estragos do Furacão Lorenzo, apesar da promessa de participar 85 por cento dos custos, fazendo executar o princípio de solidariedade nacional”, apontou a título de exemplo.

Além disso, “apesar das promessas, nunca autorizou a transformação da dívida comercial do Serviço Regional de Saúde em dívida financeira, causando fortes constrangimentos à gestão dos hospitais e centros de saúde da Região”, elencou.

“O Governo da República do PS protelou, durante mais de dois anos, a abertura do concurso para as Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo entre o Continente e as ilhas do Faial, Pico e Santa Maria”, prosseguiu a deputada.

Tratou-se “de um processo repleto de omissões, meias-verdades e falsidades, em que o Governo da República do PS até foi desmentido pela Comissão Europeia, e que culminou num caderno de encargos com um número mínimo de ligações muito aquém das necessidades atuais das rotas existentes, apesar da insistência do Governo dos Açores”, disse.

Como se não bastasse, “nenhum destes assuntos constava da pasta de transição que o Governo da República cessante entregou ao novo Executivo”, mantendo os socialistas a “indiferença” com que trataram os Açores durante oito anos.

Para Salomé Matos, mesmo com a mudança política ocorrida a nível nacional, “é necessária uma atitude exigente face ao Governo da República para inverter o longo ciclo de desinvestimento nos serviços do Estado na Região”.

“Ter uma atitude exigente perante o Governo da República é reclamar, por exemplo, com todos os meios ao nosso alcance, o pagamento dos cerca de 53 milhões de euros em falta relativos às obras de recuperação dos estragos do Furacão Lorenzo”, afirmou.

De acordo com a parlamentar social-democrata, “ter uma atitude exigente perante o Governo da República é assegurar que os Açores são sempre englobados nas medidas de apoio de âmbito nacional, garantindo que a Região não volta a ser discriminada, como sucedeu no setor agrícola ou com os empresários açorianos”.

“Contamos, por isso, com o Presidente José Manuel Bolieiro para liderar esta atitude exigente dos órgãos de governo próprio perante a República para defender os Açores. Porque os Açores são o nosso partido”, concluiu.

Horta, 09 de abril de 2024

PSD/Açores | Gabinete de Imprensa